



centro
de investigação
e intervenção social

Projecto LIFE06 NAT/P/000191 "Recuperação do habitat do Lince-Ibérico
no Sítio Moura/Barrancos" - Acção E.1

RELATÓRIO DO WORKSHOP

**Gestão de recursos naturais, conservação da natureza e
economia local**



ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
<i>Lista de conteúdos</i>	
1. Sumário Executivo	3
2. Introdução	4
3. Metodologia e participantes	5
4. Sessões de trabalho	8
Tarefa 1. Identificação de Aspectos Positivos	9
Tarefa 2. Identificação de Aspectos a melhorar / Problemas	11
Tarefa 3. Identificação de Propostas de actuação / Soluções	15
Sessão plenária	20
5. Avaliação pelos participantes	21
6. Comentários finais e agradecimentos	22
Anexo - Fichas de trabalho	

Equipa do CIS:

Carla Mouro (coordenação)

Ana Emauz (apoio técnico)

Patrícia Duarte (moderação)

Rita Gouveia (moderação)

Sandra Carvalho (moderação)

1. Sumário Executivo

O *Workshop Gestão de recursos naturais, conservação da natureza e economia local* teve lugar no dia 5 de Maio de 2009, em Moura. Este workshop é uma componente do projecto LIFE Lince Moura/Barrancos, coordenado pela Liga para a Protecção da Natureza (LPN). O CIS/ISCTE-IUL foi a entidade responsável pela organização do evento. O presente relatório é um registo das sessões de trabalho decorridas e sumaria os principais resultados desta iniciativa.

Estiveram presentes 33 participantes, em representação de diferentes áreas de actuação na gestão dos recursos naturais: agricultura, caça e gestão cinegética, gestão florestal, ambiente e conservação da natureza, desenvolvimento local, poder local. Estiveram também representados diferentes âmbitos actuação - local, regional e nacional.

Os trabalhos incidiram sobre formas de articulação entre a conservação da natureza, a protecção de espécies ameaçadas e as actividades económicas a nível local e regional. Foi efectuado um levantamento dos principais *aspectos positivos* e *aspectos a melhorar* na actual gestão de recursos naturais nos concelhos de Moura e Barrancos, particularmente em áreas Natura 2000.

Como *aspectos positivos* da actual gestão dos recursos naturais foram salientados:

- A. Alguma regulamentação e políticas de gestão de recursos naturais actuais
- B. Aspectos sócio-económicos de gestão dos recursos naturais
- C. Aspectos de envolvimento e participação

Os *aspectos a melhorar* considerados mais importantes foram:

- A. Deficiente comunicação, informação e relacionamento, ausência de parcerias
- B. Desfasamento entre as dimensões ambiental, social e económica em Rede Natura 2000
- C. Ausência de apoios financeiros
- D. Desarticulação entre entidades e entre políticas

Das *propostas de actuação* para lidar com os principais problemas identificados destacam-se:

- A. Investir em iniciativas de participação pública, com mais informação, gestão partilhada e plataformas de entendimento
- B. Efectuar novas caracterizações do uso do território e criar mecanismos de avaliação das políticas existentes
- C. Criar mecanismos legais que regulamentem a atribuição de compensações financeiras
- D. Compatibilizar regulamentos e simplificar procedimentos

No global, os resultados das sessões de trabalho colocam em destaque duas linhas de actuação: (1) criar (ou reformular) políticas ajustadas ao contexto local e que integrem preocupações sociais e económicas e (2) implementar mecanismos de participação pública que garantam o envolvimento a nível local nos processos de decisão e implementação das políticas.

A avaliação do workshop foi globalmente positiva, destacando-se a expectativa de que os resultados sejam relevantes para as políticas de gestão de recursos naturais. Os participantes manifestaram ainda disponibilidade para participar em eventos semelhantes, sublinhando o seu interesse na continuidade da reflexão sobre as matérias discutidas neste workshop.

2. Introdução

O presente relatório é um registo das sessões de trabalho decorridas no *Workshop Gestão de recursos naturais, conservação da natureza e economia local*, que decorreu no dia 5 de Maio de 2009, nas instalações do restaurante *O Celeiro*, em Moura.

Este *workshop* é um dos componentes das *Acções de Sensibilização e de Disseminação de Informação* do projecto, que é parte integrante do projecto LIFE *Recuperação do habitat do Lince-Ibérico no Sítio Moura/Barrancos* (LIFE06 NAT/P/000191), coordenado pela Liga para a Protecção da Natureza.

O *workshop* foi organizado pelo CIS / ISCTE-IUL no âmbito da Acção E1 'Programa de participação pública' do referido projecto. Esta actividade resultou da intenção de integrar no projecto uma componente de consulta de opinião que possibilitasse:

- o encontro entre representantes de diferentes interesses no planeamento e gestão de recursos naturais;
- a apresentação de ideias e posições diversificadas sobre estas questões;
- a valorização do conhecimento local e o envolvimento de actores locais em debates sobre questões que afectam o seu quotidiano.

Um dos princípios subjacentes a este tipo de iniciativa é o de que a interacção entre diferentes tipos de conhecimento, o local, o científico e o técnico, contribui para que a tomada de decisão e a implementação de projectos atinja níveis de eficiência mais satisfatórios.

No caso específico deste *workshop*, pretendia-se incentivar a interacção entre os vários níveis de decisão e implementação de políticas de gestão dos recursos naturais - o local, o regional e o nacional -, procurando facilitar o encontro entre todos os que, a título institucional ou individual, público ou privado, transformam estas leis em práticas.

3. Metodologia e Participantes

O formato de *workshop* participativo foi escolhido por ser um método interactivo que permite a identificação das aspirações e preocupações das comunidades locais e incentiva a integração de respostas aos seus interesses nas tomadas de decisão, ao mesmo tempo que permite às comunidades tornarem-se co-responsáveis pelas decisões que resultam destes processos de escuta.

O objectivo principal para a realização do *workshop* foi o de efectuar um levantamento dos principais aspectos positivos e aspectos a melhorar / problemas na actual gestão de recursos naturais, particularmente em áreas Natura 2000. Pretendia-se que os trabalhos incidissem sobre formas de articulação entre a conservação da natureza, a protecção de espécies ameaçadas (como o lince-ibérico) e as actividades económicas a nível local e regional. Foi também pedido aos participantes que propusessem propostas de actuação / soluções para lidar com os problemas mais relevantes.

Efectuaram-se convites a indivíduos e entidades que fossem representativos (a) das diversas áreas de actuação relacionadas com a gestão de recursos naturais e (b) dos diferentes níveis de actuação - local, regional e nacional.

Foram enviados 45 convites, dirigidos a *proprietários, agricultores, caçadores, associações de produtores florestais, de agricultores, de caçadores e de desenvolvimento local, autarcas e técnicos da administração central (nas áreas de conservação da natureza, gestão florestal e cinegética, agricultura e ordenamento do território)*. O *workshop* contou com a presença de 33 participantes, o que correspondeu a uma taxa de adesão superior a 75% do número de convites efectuados.

As figuras 1 e 2 mostram, respectivamente, a distribuição dos convites e dos participantes por área de actuação. Optou-se por considerar os proprietários locais como um conjunto diferenciado de participantes dado haver em várias das suas herdades uma gestão polifuncional dos recursos naturais.

Figura 1. Distribuição dos convites por área de actuação

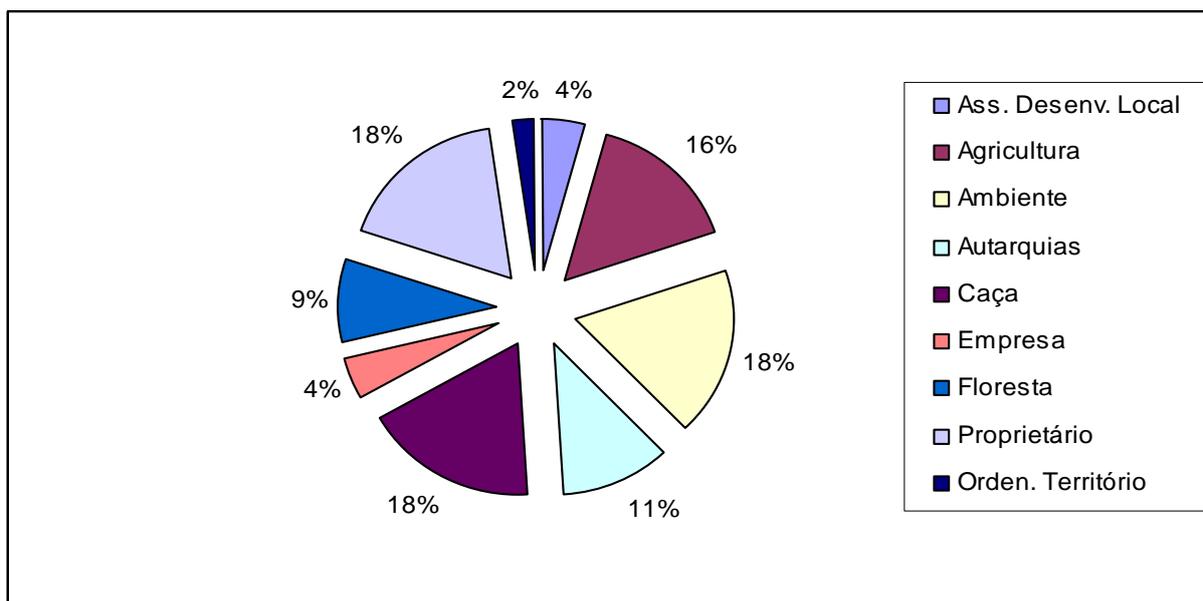
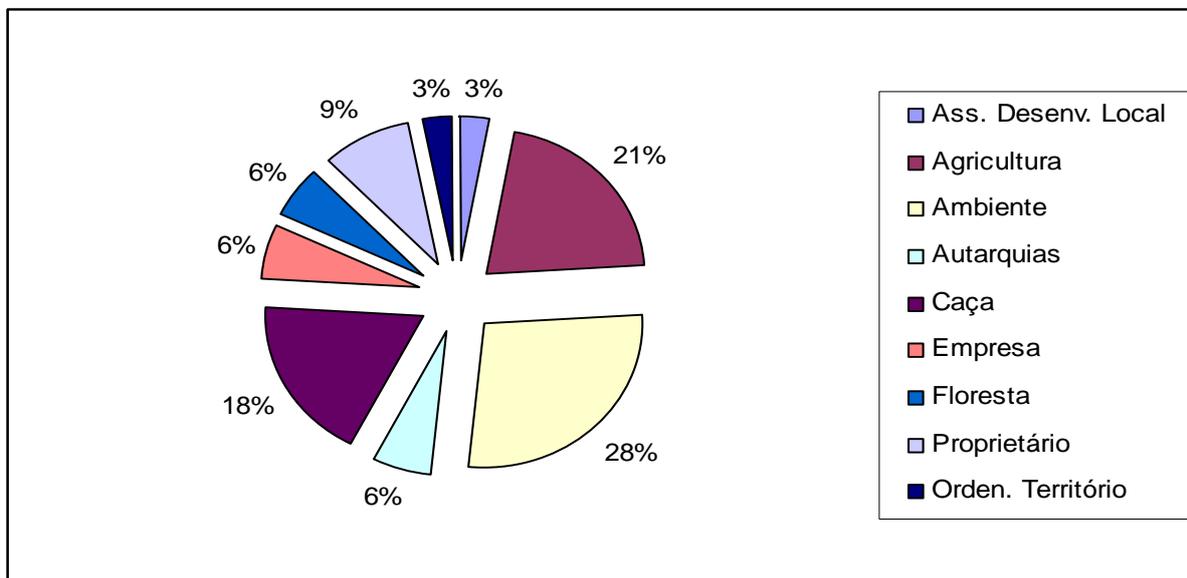


Figura 2. Distribuição dos participantes por área de actuação



Da comparação entre os dois gráficos ressalta uma menor adesão do que o esperado nas áreas da gestão florestal (por associações de produtores florestais locais), do poder local (por representantes de câmaras e juntas de freguesia) e de proprietários locais.

Do total de participantes, 14 (42%) representam entidades de âmbito nacional, 9 (27%) de âmbito regional e 10 (30%) representam interesses locais. 21 dos participantes (64%) representam interesses privados e 12 (36%) interesses públicos.

A Tabela 1 contém o programa proposto aos participantes. Após a sessão plenária inicial (Figuras 3 e 4), em que foram brevemente apresentados os objectivos do *workshop* e a sua forma de funcionamento, os participantes foram distribuídos por quatro grupos de trabalho. As actividades decorridas nas sessões de trabalho encontram-se descritas na próxima secção do relatório.

Tabela 1. Programa do *workshop*

Actividade	Horário - Duração
1. Acreditação dos participantes – entrega de pasta	14h00 – 14h15 (15m)
2. Sessão plenária – abertura, objectivos e funcionamento	14h15 – 14h30 (15m)
3. Sessões de trabalho em grupo	14h30 – 17h30 (180m)
4. Intervalo / Pausa para café	17h30 – 18h00 (30m)
5. Sessão plenária - conclusões, debate e encerramento	18h00 – 18h30 (30m)

Figura 3. Sessão plenária inicial



Figura 4. Sessão plenária inicial



4. Sessões de Trabalho

Para as sessões de trabalho, os participantes foram distribuídos por quatro mesas. Todos os grupos de trabalho realizaram as mesmas tarefas, que consistiram no preenchimento de fichas sobre a actual gestão dos recursos naturais a nível local, nos concelhos de Moura e Barrancos, com particular incidência sobre a Rede Natura 2000.

O trabalho foi orientado por três questões específicas: (1) que aspectos positivos, (2) que aspectos a melhorar / problemas e (3) que propostas de actuação / soluções na actual gestão dos recursos naturais, principalmente em Sítios Natura 2000, e que relacionassem a conservação da natureza com a economia local. As ideias apresentadas deveriam reflectir aspectos relacionados com os concelhos de Moura e/ou Barrancos e, sempre que possível, fazer referência às implicações para a protecção do lince-ibérico.

Para facilitar a interacção entre os participantes e aumentar a possibilidade de todos participarem nas tarefas propostas, cada grupo foi ainda dividido em dois sub-grupos (Figura 5). As tarefas eram efectuadas pelos sub-grupos e os resultados apresentados por um porta-voz ao grupo. Os participantes atribuíam a cada aspecto identificado um nome que sintetizasse a sua descrição. Dado termos como objectivo recolher um leque diversificado de opiniões, pedia-se que cada grupo apresentasse as diferentes ideias surgidas durante os debates, sem procurarem chegar a consenso relativamente às ideias apresentadas.

Segue-se uma descrição das tarefas efectuadas e um sumário dos resultados obtidos por tarefa. Foram incluídas nas tabelas apresentadas apenas as designações e/ou resumos dos conteúdos que os grupos incluíram nas fichas de trabalho. Os conteúdos originais utilizados para elaborar estes quadros podem ser consultados na íntegra no anexo a este relatório.

Figura 5. Exemplo de trabalho em subgrupos



Tarefa 1. Identificação de Aspectos Positivos

A primeira tarefa proposta aos participantes foi a de identificarem aspectos que considerassem positivos na gestão dos recursos naturais, de modo a acedermos às dimensões mais valorizadas da actual gestão. Alguns participantes expressaram o seu desagrado perante esta primeira tarefa, referindo que existiam, actualmente, poucos aspectos positivos num sítio Natura 2000. Apesar da resistência inicial, os participantes identificaram alguns aspectos positivos, embora fossem também referidos aspectos controversos das dimensões apontadas.

O conjunto de aspectos positivos identificados pelos grupos pode ser organizado em três áreas temáticas (Tabela 2):

A. Regulamentação e políticas de gestão de recursos

Todos os grupos destacaram a existência de regulamentos como um aspecto positivo na actual gestão de recursos naturais. Os aspectos mais referidos foram a Rede Natura 2000, o ordenamento cinegético e a aplicação de medidas agro-ambientais.

A Rede Natura 2000 foi referida principalmente enquanto aspecto potencialmente positivo da actual legislação, tendo ainda que ser 'ajustado à realidade local' que pretende regulamentar.

B. Aspectos sócio-económicos de gestão dos recursos naturais

Foram referidas várias actividades económicas em que pode haver conciliação entre a conservação da natureza e a economia local, nomeadamente o turismo cinegético e de natureza e actividades agrícolas e silvícolas.

C. Aspectos de envolvimento e participação

Foram ainda apresentados três aspectos relativos à comunicação entre diferentes actores, um de âmbito genérico e dois referentes ao projecto em que esta actividade se insere.

Tabela 2. Organização temática dos aspectos positivos identificados

Aspectos positivos	Grupos
A. Regulamentação e políticas de gestão de recursos naturais	[4]
Rede Natura 2000 - Existência do plano sectorial e respectivas orientações de gestão; enquadramento legal parcialmente adequado, potencia a gestão de forma compatível com a conservação e proporciona incentivos financeiros; "Marca" que confere, em potencial, destaque e reconhecimento aos produtos e serviços que lhe forem associados. É necessária maior aderência à realidade local. Pode ser associada à marca 'lince'.	1, 2 & 4
Ordenamento cinegético (complementa rendimento agro-silvo-pastoril, atrai turismo, dinamiza economia local, medidas de gestão adequadas à conservação de recursos naturais e espécies protegidas)	1, 2 & 3
Aplicação das medidas Agro-Ambientais	1 & 3
Aspecto legislativo bastante forte (Pouca utilização de agro-químicos e utilização de equipamentos agrícolas adequados)	1
Aplicação da Lei da Água e gestão integrada das águas subterrâneas e superficiais	1
B. Aspectos sócio-económicos de gestão dos recursos naturais	[3]
Turismo cinegético	1
Protecção do solo através de florestações e gestão das espécies existentes	1
Manutenção da actividade agrícola e silvícola	1
Multifuncionalidade da actividade rural	1
Preservação da natureza com qualidade de vida e posterior aproveitamento para Turismo da Natureza	4
Criação de protocolo de colaboração com entidade estatal (DRAP Alentejo) para recuperação da flora autóctone que visa a recuperação das espécies presa do linco	3
C. Aspectos de envolvimento e participação	[2]
Tentativa de aproximação e esclarecimento por parte dos técnicos do projecto a um número muito reduzido de proprietários e entidades ou gestores. Ex: este workshop	3
Diálogo/Comunicação/Sensibilização	4

Nota: A coluna 'Grupos' identifica o grupo que apresentou este aspecto. Os valores entre parêntesis [] correspondem ao número total de grupos de trabalho que referiu este tipo de aspecto positivo.

Tarefa 2. Identificação de Aspectos a melhorar / Problemas

A identificação dos aspectos a melhorar / problemas na actual gestão dos recursos naturais seguiu o seguinte procedimento:

- 1) Identificação em subgrupos de problemas na actual gestão de recursos naturais.
- 2) Partilha dos resultados do trabalho realizado nos subgrupos. Nesta fase, cada subgrupo apresentou os problemas que tinha identificado. Para cada problema, era verificado se já constava na lista ou se podia ser agrupado com um problema já identificado.
- 3) Desta apresentação resultaram os problemas principais, que foram em seguida hierarquizados. Para tal, cada participante seleccionou os três problemas mais importantes para si e atribuiu-lhes uma pontuação de 1, 2 ou 3 pontos. Em seguida procedeu-se à contagem dos pontos atribuídos, donde resultou a identificação dos três problemas mais importantes para cada grupo.

Apresenta-se em seguida uma síntese temática dos problemas identificados. Na tabela 3 encontram-se os problemas mais votados pelos quatro grupos, organizados em quatro áreas temáticas:

A. Deficiente comunicação, informação e relacionamento, ausência de parcerias

Cinco dos problemas mais votados referem-se a dificuldades a nível da comunicação, relacionamento e estabelecimento de parcerias entre o nível local e os níveis regional e nacional de decisão e planeamento. Um dos grupos considera que esta é também uma área de melhoria no projecto em que este *workshop* se insere.

Todos os grupos salientaram aspectos a melhorar relacionados com o que consideraram ser situações de falta informação, de incipiente trabalho de proximidade com as comunidades locais, ou de ausência de modelos de gestão participados. A disseminação de boas práticas é um tipo de conteúdo informativo valorizado.

B. Desfasamento entre planos ambiental, social e económico em Rede Natura 2000

Críticas à predominância das preocupações ambientais face às preocupações económicas e sociais constituem o teor destes problemas. A forma de apresentação destes problemas remete para uma caracterização das comunidades locais como diminuídas na sua capacidade de auto-sustentabilidade e de competitividade no mercado devido à classificação de áreas Natura 2000. Foram aqui salientados aspectos como a perda de rendimento e de postos de trabalho ou o não investimento em abastecimento de água potável às populações locais.

Um dos argumentos que serve de base a estas críticas é o de que a prioridade dada às questões ambientais, em detrimento das restantes dimensões, será prejudicial para a conservação da biodiversidade devido ao desinvestimento na fixação das populações

locais e em actividades humanas que contribuem para a manutenção dos actuais ecossistemas.

C. Ausência de apoios financeiros

Três grupos consideraram problemas importantes a ausência de apoios financeiros que compensem as quebras de rendimento resultantes das limitações impostas pela Rede Natura.

D. Desarticulação entre entidades e entre políticas

Um dos grupos elegeu como problemas importantes a desarticulação quer entre regulamentações de diferentes ministérios quer entre diferentes entidades envolvidas na gestão dos recursos naturais.

Tabela 3. Organização temática dos problemas mais votados

Problemas mais votados	Grupos	Posição
A. Deficiente comunicação, informação e relacionamento, ausência de parcerias	[4]	
Falta de modelo de gestão participado / com mais informação	2	1º
Problemas de comunicação, informação e relacionamento	3	1º
Falta de comunicação e informação entre todos	1	2º
Desadequação e deficiente actuação dos agentes de administração e fiscalização	4	2º
Deficiente informação / Participação dos agentes locais	4	3º
B. Desfasamento entre planos ambiental, social e económico em Rede Natura 2000	[3]	
Imposição de limitações às diversas actividades	3	1º
Falta de equilíbrio entre planos ambiental, social e económico	4	1º
Desajustamento da Rede Natura com a realidade local	2	3º
C. Ausência de apoios financeiros	[3]	
Falta de apoios financeiros (comparticipações e contrapartidas)	3	1º
Falta de compensações para os proprietários / produtores	2	2º
Ausência de ITI´s (Intervenção Territorial Integrada)	1	3º
D. Desarticulação entre entidades e entre políticas	[1]	
Desarticulação entre políticas europeias e nacionais	1	1º
Excesso de entidades envolvidas na gestão do ambiente e consequente desarticulação	1	3º

Nota: A coluna 'Grupos' identifica o grupo que apresentou o problema e a coluna 'Posição' indica o lugar ocupado por esse problema entre os três mais votados para esse grupo. Os valores entre parêntesis [] correspondem ao número de grupos de trabalho que referiu este tipo de problema.

Na tabela 4 encontram-se os problemas que, nas votações, não ficaram entre os três mais votados. Alguns destes problemas têm enquadramento nas três primeiras áreas temáticas propostas para os problemas mais votados (A, B e C). Os restantes foram enquadrados em quatro áreas temáticas distintas das anteriores:

E. Insuficiente investimento em questões estruturais

Esta temática abrange diversos problemas apontados pelos quatro grupos, todos relativos a aspectos estruturais da realidade local em que se considera haver baixos níveis de investimento. Contempla aspectos relacionados com a valorização da profissão agrícola e o desemprego, com a prevenção de incêndios ou com a implementação de programas cinegéticos.

F. Presença de espécies protegidas

A presença do lince-ibérico e de outras espécies protegidas foi apresentada por um dos grupos como prejudicial às actividades económicas existentes nessas áreas, principalmente quando dessa presença resultam pareceres enviados aos proprietários pelo ICNB com directivas a esse respeito.

G. Desadequada gestão na protecção do lince-ibérico

Um dos grupos de trabalho referiu dois aspectos a melhorar na actual actuação para protecção do lince-ibérico: por um lado, concretizar as orientações que constam no plano sectorial e, por outro, ter em consideração as vertentes social e económica na implementação das acções de protecção desta espécie.

H. Insuficiente preocupação com a conservação da natureza a nível local conservação

Foi também apontado como problema a pouca aderência às questões de conservação da natureza a nível local e a conseqüente necessidade de aumentar a intervenção orientada para tornar estas questões mais relevantes junto das populações locais.

Tabela 4. Organização temática dos problemas menos votados

Problemas menos votados	Grupos
A. Deficiente comunicação, informação e relacionamento, ausência de parcerias	[2]
Gestão centrada em Lisboa (desconhecimento e distância)	1
Sentimento de impunidade	1
Tipo de abordagem das entidades aos proprietários / produtores	2
B. Desfasamento entre planos ambiental, social e económico em Rede Natura 2000	[3]
Dificuldade de compatibilizar utilização de recursos	1
Impossibilidade de desenvolvimento local devido às restrições (desmotivação)	4
Desajuste das medidas impostas ao sector cinegético	3
C. Ausência de apoios financeiros	[1]
Falta de apoios/ não pode ser só proibir. Necessidade de alternativas	1
Insuficiência na aplicação das medidas agro e silvo ambientais e falta de incentivos económicos	1
E. Insuficiente investimento em questões estruturais	[3]
Falta de valorização do estatuto da profissão agrícola + formação para a profissão	1
Despovoamento e desemprego	1
Falta de indústria / Falta de pólo de emprego	4
Insuficiente aposta e apoio ao eco-turismo em espaço rural	1
Sobre-exploração e inadequação dos recursos hídricos	1
Prevenção e combate a incêndios	1
Falta de implementação do programa antídoto	1
Declínio do montado de azinho	2
F. Presença de espécies protegidas	[1]
Aparecimento / re-introdução do lince	2
Presenças de espécies ameaçadas / protegidas	2
G. Desadequada gestão na protecção do lince-ibérico	[1]
Inadequado processo de gestão do problema do lince-ibérico nas vertentes sociais e económicas	1
Falta de concretização das orientações do plano sectorial para o lince ibérico	1
H. Insuficiente preocupação com a conservação da natureza a nível local	[1]
Falta de sensibilidade para as questões do ambiente / recursos naturais	1
Necessidade de apostar na sensibilização para a conservação da natureza	1

Nota: A coluna 'Grupos' identifica o grupo que apresentou o problema. Os valores entre parêntesis [] correspondem ao número de grupos de trabalho que referiu este tipo de problema.

Tarefa 3. Identificação de Propostas de actuação / Soluções

O delineamento de propostas de actuação / soluções seguiu o seguinte procedimento:

- 1) Divisão em subgrupos para identificação de soluções para cada um dos três problemas mais votados pelo grupo na tarefa anterior.
- 2) Apresentação e discussão das soluções encontradas por cada subgrupo.
- 3) No caso de os subgrupos identificarem mais do que uma solução para cada problema, estas eram submetidas a votação, de forma a serem hierarquizadas (este procedimento ocorreu em apenas um dos grupos de trabalho tendo-se optado por apresentar a totalidade das soluções apresentadas pelos grupos).

Apresenta-se em seguida uma síntese das soluções propostas pelos grupos, organizadas por área temática dos problemas identificados (ver tabelas 3 e 4 da secção anterior).

Para o problema **A. Deficiente comunicação, informação e relacionamento, ausência de parcerias**, as propostas de actuação centram-se em aumentar as iniciativas de participação pública, nomeadamente através da elaboração de planos de gestão com inclusão dos actores locais; maior divulgação dos projectos a realizar junto das comunidades locais; investimento na dinamização de iniciativas a nível local e em plataformas de entendimento.

As propostas de actuação para o problema **B. Desfasamento entre planos ambiental, social e económico em Rede Natura 2000** voltam a tornar saliente a importância da participação dos actores locais na definição de estratégias de actuação e na sua implementação. É sublinhada também a necessidade de fazer novas caracterizações do uso do território e é sugerida a criação de mecanismos de avaliação das medidas políticas existentes e o recurso a equipas pluridisciplinares e independentes.

Para a área **C. Ausência de apoios financeiros**, todas as propostas se referem à necessidade de mecanismos legais que regulamentem a atribuição de compensações por perda de rendimento.

Finalmente, para a área **D. Desarticulação entre entidades e entre políticas**, foi sugerido investir na articulação das várias legislações; ter por base escalas espaciais de actuação menores, criando por exemplo conselhos regionais; simplificar procedimentos e reestruturar ministérios.

Na tabela 5 encontra-se um resumo das propostas de actuação de cada grupo.

Tabela 5. Soluções identificadas para os problemas mais votados

A. Deficiente comunicação, informação e relacionamento, ausência de parcerias	
<p>Gestão Participada</p> <p>Efectuar a caracterização económica e social da zona. Constituir uma comissão de gestão para elaborar directrizes e recomendações, com participação de todos os representantes locais: proprietários, agricultores, gestores de caça, agentes de fiscalização e segurança, actividades de lazer.</p> <p>Elaboração do Plano de Gestão</p> <p>Preparar um plano de gestão que envolva todos os agentes, procurando uma solução que concilie todos os interesses. Todos os agentes devem ser envolvidos.</p>	Grupo 2
<p>Simplificação da informação</p> <p>Apresentar os objectivos do projecto, as implicações para a actividade económica, apoios disponibilizados e colaboração esperada. Exemplificar boas práticas. Usar vários canais e métodos de divulgação. Envolver associações de produtores agro-silvo-pastoril e cinegética, autarquias e tutela.</p> <p>“A falar é que a gente se entende”</p> <p>Incentivar o contacto entre os vários intervenientes (proprietários, agricultores, autarquias, estruturas turísticas, associação de produtores, etc.). Realizar convites à participação e colaboração nas várias fases do projecto. Realizar sessões de esclarecimento sobre aspectos técnicos e práticos do projecto, direccionados à população em geral.</p>	Grupo 3
<p>Promoção da participação pública</p> <p>Mobilização de pessoas e entidades e disponibilização de recursos financeiros para execução dos meios de sensibilização por parte de associações sectoriais e entidades públicas centrais e locais.</p> <p>Divulgação e esclarecimento</p> <p>Demasiadas exigências levam ao desligamento / afastamento. Entidades e agentes envolvidos: agricultores, estabelecimentos de ensino e ministérios.</p>	Grupo 1
<p>Maior divulgação directa junto das pessoas</p> <p>Sessões de esclarecimento frequentes em locais chave. Disponibilizar apoio técnico na explicação de regulamentos e de preenchimento de formulários. Investir em mais divulgação em locais públicos. Envolver conselhos cinegéticos, ADL, autarquias, associações produtores florestais, associações agricultores e ONGAs</p> <p>Implementação de estratégias de dinamização e participação dos agentes locais</p> <p>Divulgação das oportunidades de boa gestão dos recursos locais, através da disseminação de boas práticas. Implementar acções de educação ambiental e incorporar nos curricula disciplina de empreendedorismo. Implementar medidas de discriminação positiva no apoio às iniciativas empresariais. Criar fóruns de discussão para reavaliar o trabalho desenvolvido. A implementar por equipas pluridisciplinares, usando a metodologia das Agendas 21 Local. Envolver Ministérios da Economia, Educação, Ambiente e Agricultura, autarquias locais, ADLs, ONGAs, Escolas e organismos de administração ligados ao ambiente.</p>	Grupo 4

A. Deficiente comunicação, informação e relacionamento, ausência de parcerias (cont.)

Grupo 4

Financiamento

Atribuição de mais verbas para disponibilização de recursos logísticos e meios humanos e materiais. Investir em formação. A implementar pelos representantes do Ministério dos agentes envolvidos, SEPNA e ICNB.

Construção de novas plataformas de entendimento

Investir em formação dos agentes nas áreas específicas nas quais actuam (ICNB e SEPNA) e/ou incorporação de especialistas em áreas específicas. Garantir maior diálogo com os agentes locais e implementação de política de sensibilização e correcção de actos incorrectos. Organização de reuniões periódicas para auscultação de sensibilidades, problemas e soluções. Criar comissão de acompanhamento com participação dos agentes locais. Envolver ICNB, SEPNA, AFN, DRA, organizações representativas das diferentes actividades, organizações de desenvolvimento local e ONGAs.

B. Desfasamento entre planos ambiental, social e económico em Rede Natura 2000

Grupo 2

Caracterização qualitativa e quantitativa pormenorizada da realidade local

Subdividir a zona ou sítio em várias zonas de actuação. Caracterizar pormenorizadamente cada zona (agricultura, uso do solo, actividades económicas, dificuldades sociais, etc.). Implementar com participação das populações e representantes locais, e contratando técnicos especializados em recolha e tratamento de dados.

Ordenamento geográfico

Criar um ordenamento geográfico tendo em conta especificidades edafoclimáticas, de uso do solo. Implica a actualização da cartografia. Deve ser colocada em prática por: ICNB, Escola Superior Agrária de Beja e Universidade de Évora.

Grupo 3

Alteração do paradigma

Alteração do paradigma da imposição para cooperação, o que implica tomada de decisão em conjunto e por passos, e a simplificação de medidas. Implica a realização de reuniões e encontros sobre as medidas a implementar entre a tutela e os actores locais: proprietários, agricultores, autarquias, associações.

“Não é com vinagre que se apanham moscas”

Ouvir todos os intervenientes nas actividades agrícolas, pecuária, cinegética, agro-industrial, de forma a adequar e ajustar as diversas acções às várias realidades locais. Valorizar a manutenção das actividades socio-económicas e tradicionais da região. Reestruturar o perímetro de rega do Alqueva, no que toca às várias Áreas integradas na Rede Natura 2000, com especial aptidão agrícola. Alteração de Despachos Normativos que limitam estas actividades e reuniões com os vários intervenientes, nomeadamente Estado, ICNB e populações locais.

B. Desfasamento entre planos ambiental, social e económico em Rede Natura 2000 (cont.)

Grupo 4

Articulação entre entidades envolvidas

Analisar no terreno as necessidades a nível ambiental, social, económico, envolvendo todas as entidades. Negociar as medidas e acções com agentes envolvidos e incluir medidas compensatórias. É fundamental a articulação entre Ministérios da Agricultura e do Ambiente e garantir uma rápida implementação. Devem ser envolvidos também autarquias, proprietários, técnicos e ICNB.

Redefinição de medidas de política

Redefinição de medidas de política que conduzam a um maior equilíbrio nas prioridades para a RN 2000. Reavaliar a aderência da política empreendida aos objectivos traçados e ao nível da aceitação e aproximar mais aos princípios orientadores da Rede Natura 2000 (definidos ao nível da Comissão Europeia), no plano Nacional (políticas enquadradoras) e no plano de actuação local (políticas de atracção dos agentes).

Garantir maior imparcialidade dos agentes que motivam as políticas e diversificar as equipas que definem políticas enquadradoras e de actuação, tornando-as mais pluridisciplinares. A implementar através da formação de equipas equilibradas e imparciais, otimizando os fundos comunitários disponíveis para o desenvolvimento e contratando técnicos especializados ou consultores. Envolver ICNB, MAOT, MADRP, AFN.

C. Ausência de apoios financeiros

Grupo 2

Financiamento

Inventariar necessidades de recursos e propor fontes de financiamento: fundos comunitários; orçamento de estado; outros financiamentos, doações, etc. A implementar pelo Estado e Comissão Europeia.

Criação de uma ITI

Criar uma zona de ITI e criar mecanismos que tornem a gestão sustentável, através de produtos e/ou prestação de serviços ambientais. O financiamento provirá do Ministério da Agricultura.

Implica o envolvimento dos Ministérios de Agricultura e Ambiente, dos produtores, proprietários, associações de agricultores, cooperativas.

Grupo 3

ITI, como existe noutras zonas do país

Criação de políticas de ajuda financeira desenhadas numa base regional, que dêem resposta a problemas específicos, isto é, criação de medidas de apoio financeiro que compensem a perda eventual de rendimento com a implementação de medidas de conservação da biodiversidade.

Os Ministérios da Agricultura e Ambiente devem produzir os instrumentos legais necessários.

“Não podem ser poucos a pagar o bem de todos”

Ajustar medidas e apoios à realidade da região e compensar economicamente a perda de produção e rendimento nas zonas que, por interesse nacional, sejam alvo de restrições à produção. Decretar reduções ou isenções de contribuições ao Estado e apoios à manutenção de postos de trabalho (redução de carga de comparticipação à Segurança Social) nessas áreas. Implementar através de fundos comunitários ou nacionais, criando medidas exequíveis e atractivas aos proprietários/arrendatários e atribuindo regalias fiscais. Os agentes envolvidos serão a comunidade local e o Estado, em particular o ICNB.

C. Ausência de apoios financeiros (cont.)	
<p>Implementação adequada da ITI</p> <p>Urgente elaboração e implementação da ITI com mecanismos agilizados e incentivos financeiros adequados. Implica transparência na utilização de fundos, divulgação na aplicação dos fundos e sensibilização da opinião pública. A implementar pelos MADRP e MAOTDR.</p> <p>Agro-Ambientais adequadas</p> <p>Aumento de ITI´s para sitio Natura 2000 Moura/Barrancos. A implementar pelos Ministérios da Agricultura e Ambiente.</p>	Grupo 1
D. Desarticulação entre entidades e entre políticas	
<p>Compatibilização da legislação</p> <p>Sensibilização da tutela para articulação dos diferentes tipos de legislação. Implica a mobilização das diferentes instituições / agentes da sociedade, públicos e privados.</p> <p>Simplificação / Adequação regional</p> <p>Haver normas de aplicação adequadas a cada região em consonância com os diversos organismos intervenientes. Implementar através da constituição de conselhos regionais.</p>	Grupo 1
<p>Simplificação de procedimentos (mas não das soluções)</p> <p>Articulação e integração efectiva entre entidades e mecanismos reguladores, e reajuste em caso de necessidade. A implementar pela Administração Pública.</p> <p>Desburocratização</p> <p>Reduções drásticas das entidades envolvidas. Implica a fusão de entidades, a reestruturação dos Ministérios do Ambiente e da Agricultura.</p>	Grupo 1

Sessão Plenária

No global, as sessões de trabalho correram de acordo com o programa de trabalhos, tendo havido bastante envolvimento dos participantes nas tarefas propostas. Na sessão plenária final (figura 6) foram apresentados de forma muito sucinta os resultados obtidos nas sessões de trabalho, procurando integrar contributos de todos os grupos e evidenciar os temas mais focados.

Durante o período atribuído para discussão destes resultados, alguns participantes salientaram que (1) as vantagens ou aspectos positivos apresentados reflectem as expectativas dos agentes sobre o que poderá resultar de positivo na Rede Natura 2000 e/ou são paralelos a este enquadramento legal; (2) os projectos devem ser apresentados às partes interessadas e às comunidades locais, sendo necessário haver sessões de esclarecimento.

Os participantes mostraram-se também interessados em ter acesso aos resultados desta sessão de trabalho e em que esta iniciativa pudesse ter utilidade na redefinição das políticas de gestão de recursos naturais.

Na próxima secção apresentam-se os resultados da avaliação do workshop pelos participantes.

Figura 6. Sessão plenária final



5. Avaliação pelos participantes

Para enquadrar os resultados obtidos, foi solicitado aos participantes o preenchimento de um questionário. Este instrumento de avaliação era composto por oito frases sobre diferentes aspectos do *workshop*, da organização da sessão até à importância dos resultados obtidos.

Para cada frase, era pedido que fosse assinalado o grau de acordo, usando uma escala de resposta com cinco pontos (1-Discordo muito a 5-Concordo muito). Na tabela 6 apresenta-se a frequência de resposta a cada item do questionário.

Tabela 6. Frequência de respostas ao questionário de avaliação do workshop

Itens	Escala de resposta	Discordo muito			Concordo muito	
		1	2	3	4	5
1. Sessão bem organizada				5	15	12
	%			15,6	46,9	37,5
2. Objectivos claros				9	18	5
	%			28,1	56,3	15,6
3. Resultados <u>pouco</u> interessantes		12	10	5	3	2
	%	37,5	31,3	15,6	9,4	6,3
4. Diversidade opiniões no grupo			2	8	16	6
	%		6,3	25,0	50,0	18,8
5. Conhecer novos pontos vista		1	4	9	17	1
	%	3,1	12,5	28,1	53,1	3,1
6. Resultados <u>pouco</u> importantes para definição de políticas		17	8	1	2	4
	%	53,1	25,0	3,1	6,3	12,5
7. Mais iniciativas semelhantes				2	10	20
	%			6,3	31,3	62,5
8. Disposto/a a participar novamente				4	13	15
	%			12,5	40,6	46,9

Das respostas obtidas pode destacar-se como aspectos positivos:

- (1) a satisfação dos participantes com a globalidade dos aspectos avaliados;
- (2) a expectativa de que os resultados sejam relevantes para as políticas de gestão de recursos naturais;
- (3) a importância atribuída a iniciativas deste tipo e a disponibilidade para participar em eventos semelhantes.

Relativamente aos aspectos a melhorar em futuras sessões, as respostas remetem principalmente para:

- (1) investir em uma definição mais clara dos objectivos do workshop;
- (2) procurar aumentar a diversidade de opiniões dentro de cada grupo de trabalho,
- (3) permitindo que haja maior probabilidade de surgirem diferentes pontos de vista na execução das tarefas.

No mesmo sentido, alguns participantes deixaram também comentários e sugestões importantes, a integrar numa próxima iniciativa deste tipo, e que aqui resumimos:

- Apresentar previamente o projecto e as medidas já implementadas, e promover sessões de esclarecimento sobre o projecto, abertas aos agricultores e proprietários locais.
- Convidar um maior número de entidades, para que a divulgação do projecto chegue ao cidadão comum.
- Garantir a presença de altos representantes das diferentes áreas de actuação, para que haja maior compreensão da realidade local nestes níveis de decisão.
- Utilizar o formato de análise SWOT (Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) para enquadrar os trabalhos, o que poderia facilitar as conclusões a retirar.
- Ter facilitadores a acompanhar os trabalhos dos sub-grupos, de modo a evitar fenómenos de liderança a este nível de interacção entre os participantes.
- Atribuir um período de tempo mais alargado para a execução de cada tarefa, para que seja possível apresentar mais informação.
- Utilizar disposição em U no plenário final, para facilitar troca de ideias.
- Utilizar papel reciclado ou de florestas sustentáveis.

6. Comentários finais

O *workshop* 'Gestão de recursos naturais, conservação da natureza e economia local' resultou da intenção de integrar no projecto LIFE Lince Moura/Barrancos uma componente de consulta de opinião que possibilitasse o encontro entre representantes de diferentes interesses e em que fosse valorizado o conhecimento local no debate sobre questões que afectam o quotidiano das populações locais.

Efectivamente, foi possível contar com participantes oriundos de diversos sectores e com vários representantes dos interesses locais, embora tenha sido neste âmbito de actuação que houve menor adesão aos convites efectuados.

Este relatório procurou sintetizar os contributos que resultaram das sessões de trabalho e que são o reflexo do empenho dos participantes nesta iniciativa. No global, os resultados colocam em destaque duas linhas de actuação:

(1) criar (ou reformular) regulamentos e políticas de gestão dos recursos naturais mais ajustadas ao contexto local e que integrem preocupações sociais e económicas,

(2) implementar mecanismos de participação pública que garantam o envolvimento de múltiplos agentes, com ênfase no nível local, nos processos de decisão e implementação das políticas.

Estas propostas centram-se substancialmente na actuação do Governo e da Administração Pública. No entanto, tal como foi salientado pelos grupos de trabalho, vários agentes e organizações manifestaram vontade e intenção de participar nestes processos.

Foi também realçada a importância de investir em sessões de divulgação dos projectos, como este em que o workshop se insere, logo na sua fase inicial.

Para terminar, agradecemos a todos os que contribuíram para esta iniciativa, principalmente aos elementos da LPN, promotora deste projecto, pelo seu contributo e apoio, e aos participantes, pela sua disponibilidade, empenho e sugestões.